
Breves notas teórico-críticas acerca da financeirização da educação no Brasil e as razões para mudar o mundo capitalista (golpe de 2016 até o governo Bolsonaro)

Michelle Sena Rosa de Araújo*

Resumo

Reflexão teórico-crítica acerca do processo de financeirização da educação no Brasil, considerando as metamorfoses do capital até a sua forma atual no capitalismo contemporâneo e respectiva consequência na economia e na política na formação econômico-social brasileira.

Palavras-chave: capital fictício; financeirização da economia no Brasil; financeirização da educação no Brasil.

Brief theoretical-critical notes about the financeirization of education in Brasil and the reasons to changing the capitalis world (coup 2016 until the Bolsonaro government)

Abstract

Theoretical-critical reflection on the process of financeirization of education in Brasil, considering the metamorphoses of capital to its current form in contemporary capitalism and the respective consequences in the economy and politics in the Brazilian economic-social formation.

Keywords: fictitious capital; financeirization on the economy in Brasil; financeirization of education in Brasil.

Breves notas teórico-críticas sobre la financiación de la educación en Brasil y las razones del cambio del mundo capitalista (golpe de 2016 hasta el gobierno de Bolsonaro)

Resumen

Reflexión teórico-crítica sobre el proceso de financiarización de la educación en Brasil, considerando las metamorfosis del capital a su forma actual en el capitalismo contemporáneo y las respectivas consecuencias en la economía y la política en la formación económico-social brasileña.

Palabras-clave: capital ficticio; financiarización de la economía en Brasil; financiarización de la educación en Brasil.

Urge impedir que a educação seja inserida nos circuitos da financeirização. (Roberto Leher, Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19).

* Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Funcionária pública efetiva da Rede de Educação Básica do Estado do Maranhão (SEDUC-MA). Pesquisadora dos grupos de pesquisa GEPOLIS, DEAB (UFMA) e da Rede Universitas, Eixo 7 – Educação Superior do Campo. Bolsista da CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0207-3487>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6291232931056258>. E-mail: michlle.sena.sz@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio teórico-crítico objetiva a reflexão acerca da financeirização da Educação Básica e da Educação Superior no Brasil (especificamente, pós-golpe de 2016 até o governo Bolsonaro), valendo-se da revisão de literatura referente ao referencial teórico-metodológico de pesquisas realizadas nesta área de pesquisa educacional.

O texto está estruturado em dois eixos discursivos, a saber: breves notas acerca da financeirização do capital no mundo e no Brasil, com foco para considerações teóricas a respeito do conceito de capital e do processo histórico de mudança (metamorfose) da referida categoria, além de considerações sobre o processo de financeirização da economia na formação econômico-social brasileira (Golpe de 2016 até o governo Bolsonaro); o segundo eixo de discussão se refere à breves reflexões acerca do processo de financeirização da educação pública no Brasil sob o capital fictício e as razões para mudar o mundo capitalista, considerando os seguintes subeixos de discussão: breves apontamentos acerca da financeirização da Educação Básica e da Educação Superior no Brasil (2016 até o tempo presente) e os desafios das lutas da Educação Pública no Brasil frente à ofensiva da financeirização do capital e as razões para mudar o mundo capitalista.

BREVES NOTAS ACERCA DA FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL NO MUNDO E NO BRASIL

Considerações teóricas sobre as metamorfoses do capital e o conceito de capital fictício

De acordo com Fernandes e Tarlau (2017) o mundo, em constante movimento, segue impulsionado pela correlação de forças que o disputa, a saber: as classes sociais em presença que defendem diferentes sistemas políticos, que determinam o uso dos territórios, explorando a natureza e o trabalho. As diferentes classes sociais nesses sistemas, tem determinado o poder de decisão sobre a gestão da acumulação (que tem o objetivo de dar sustentação e manter o sistema capitalista produzindo e reproduzindo desigualdades econômicas, políticas e territoriais, ao definir as relações entre capital, trabalho, Estado, mercado e propriedade), são direcionadas pelas suas visões de mundo sobre a produção, concentração e distribuição de riquezas comum, da terra e de território. Na disputa pela correlação de forças, as classes sociais dominantes, para manter sua hegemonia sobre as

demais, delimitam os monopólios, as fusões, as concorrências sob o controle do capital ou do Estado capitalista, ditam tecnologias e modos de vida, demarcando territórios, a subordinação da classe trabalhadora e produzindo diferentes modelos de desenvolvimento para manter o capitalismo.

Por óbvio, o velho e conhecido sistema de acumulação capitalista a que se referem Fernandes e Tarlau (2017), segundo Carcanholo e Nakatani (1999), está em sua fase de desenvolvimento atual, caracterizado pela financeirização ou generalização do movimento especulativo do capital, tendo sido utilizada a expressão “capital financeiro” pelas pesquisas que têm se dedicado à caracterização e interpretação do capitalismo contemporâneo. Porém, para Carcanholo e Nakatani (1999) a melhor definição para a nova fase do sistema de acumulação capitalista é a expressão “capital especulativo” e “capital especulativo parasitário”.

Para chegarem à definição de capital especulativo e capital especulativo parasitário, Carcanholo e Nakatani (1999, p. 287) recorreram aos escritos de Marx, para quem o conceito de capital surge com um nível de abstração, a saber: é o capital que produz a riqueza excedente (excedente-valor), através do trabalho e da exploração da força de trabalho. Baseados na teoria marxista acerca do conceito de capital, os referidos autores afirmam e explicam que

[...] capital é valor, só que em uma fase mais desenvolvida das relações sociais mercantis, na qual este adquire novas características, que não possuía anteriormente. Então, o dinheiro e a mercadoria aparecem como formas de sua existência, meras expressões ou formas de manifestação do capital. Assim, o capital é valor que, através de determinado processo de circulação, se autovaloriza através da criação, da produção da mais-valia" (M53). Capital é o nome simplificado do valor-capital (Carcanholo; Nakatani, 1999, p.287).

Explicando a definição do valor-capital: o valor adquire a capacidade de autovalorizar-se ao se converter em capital; o capital é um valor com mais determinações, mais desenvolvido, que corresponde a uma sociedade (de classes sociais) em que as relações mercantis tem maior difusão e desenvolvimento. No capitalismo desenvolvido a existência do valor ocorre através do capital e, no fundamental, por conta da existência desse último, a mercadoria e o dinheiro existem na forma de existência do capital que, segundo os autores acima referidos, domina a lógica da sociedade de classes e o que Florestan Fernandes (1975) denominou de sistema-mundo.

O conceito de capital expressa o valor em determinado de nível seu desenvolvimento e consiste em uma relação social que se substantiva, sendo, portanto, processo e nunca objeto, nem ser estático, desprovido de movimento, por causa das metamorfoses em que o agente “valor” assume: ora em forma de dinheiro; ora em forma de mercadorias.

Surge, em determinado momento do sistema do capitalismo, o conceito de capital industrial, que requereu a investigação da circulação completa do capital e das funções que as suas diversas formas existentes devem cumprir, em que o “valor” se metamorfoseia ao longo do ciclo completo do capital: $D - M \dots (p) \dots M' - D'$, em que (D) refere-se ao capital-dinheiro; (p), ao capital-produtivo e (M'), ao capital-mercadoria. O capital produtivo é constituído por meios de produção e força de trabalho. O valor-capital assume a forma de capital-dinheiro para cumprir as funções do dinheiro (compra e pagamento) e, depois da compra, se metamorfoseia em elementos materiais do capital-produtivo, sendo que a expressão (D - M) indica a metamorfose do capital em sua forma de capital-dinheiro. Sob a forma de meios de produção e de força de trabalho, o capital cumpre as funções produtivas, que é a criação do valor e da mais-valia. Posteriormente o valor-capital se metamorfoseará novamente na forma de capital-mercadoria (impregnada de mais-valia), para cumprir as funções de mercadoria (produtos que devem ser vendidos). O capital-industrial adota e abandona sucessivas formas funcionais, no decorrer do seu ciclo e difere dos conceitos de capital-comercial e de capital a juros, não se opondo, contudo, ao conceito de capital agrário. Porém, das três formas de capital, o único capital autonomizado capaz de produzir diretamente a mais-valia é o capital-produtivo e o excedente-valor deve ser compartilhado com as duas outras formas de capital, que são o capital-comércio e o capital a juros, por cumprirem as funções úteis de circulação do capital industrial. Explicam Carcanholo e Nakatani (1999) que o capital a juros e o capital comercial, apesar de se apropriarem da mais-valia produzida pelo capital-produtivo, não são parasitários, pois contribuem para que esse último a produza, se subordinando à lógica do capital industrial.

No que se refere ao capital fictício, Carcanholo e Nakatani (1999) afirmam que o desenvolvimento, a expansão generalizada do capital a juros no capitalismo desenvolvido transforma o rendimento regular em uma receita que parece provir de um capital a juros. Os autores destacam que o capital fictício tem existência real, e que a sua lógica interfere na

trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação, tendo o capital fictício movimento próprio, sendo que uma das suas formas está constituída por títulos de dívida pública. No capitalismo desenvolvido, uma parcela significativa do capital fictício está constituída por títulos privados, além dos públicos, a exemplo de ações, debêntures e letras de câmbio.

No tempo presente, muitas são as formas de capital fictício, segundo Harvey (1990 apud Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 297), por exemplo: os governos podem vender direitos de apropriação sobre parcelas de sua receita com impostos futuros; títulos de mercadorias podem ser vendidos em mercados futuros antes da produção real dessas mercadorias; títulos de propriedade sobre: a terra, os edifícios, os recursos naturais podem ser vendidos e comprados, sob o capitalismo. Porém, constatam Carcanholo e Nakatani (1999) que, nem todo o capital fictício pode ser considerado capital a juros e vice-versa, a exemplo da forma funcional do capital industrial.

A expressão “capital financeiro” tem sido amplamente utilizada para referir-se àquele capital cuja remuneração é constituída basicamente dos ganhos especulativos, adquiridos em operacionalizações financeiras diversas, além das que são derivadas dos juros. Harvey (1990 apud Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 299) disse que tal expressão nunca fora utilizada por Marx em seus escritos sobre o capital, embora tenha uma história particular no pensamento marxista, cuja definição derivaria da perspectiva de Marx acerca do capital que está relacionada com as particularidades do processo de circulação do capital que se baseia no sistema de créditos. Posteriormente, outros autores abandonaram a referida perspectiva, referindo-se ao conceito de capital financeiro a uma configuração específica de alianças dentro da burguesia, um bloco no poder que exerce imensa influência sobre os processos de acumulação financeira em geral. Outros autores utilizaram a referida expressão no conceito mais concreto e institucional, para descrever a unificação do capital produtivo com o capital bancário (que tem a hegemonia de tal processo de unificação).

O capital fictício (cuja remuneração é constituída por juros auferidos e por ganhos de capital que foram obtidos nos mercados especulativos, através de transferência de excedente-valor produzido por outros capitais e não-capitais, o capital que não é produtivo, a exemplo do capital a juros) cumpre, ainda, uma função útil à circulação do capital industrial, portanto, não pode ser considerado parasitário. Porém, o capital parasitário (capital fictício que

não é capital a juros) não cumpre nenhuma função necessária dentro da lógica do capital industrial, cuja remuneração é onerosa para o capital industrial (Carcanholo; Nakatani, 1999).

O capital fictício não compromete a lógica de acumulação do capital, desde que tenha limites, do contrário, gera descontrole, e a explosão do seu volume torna-o com capacidade de alteração da lógica do capital industrial, tornando-se em problema para o próprio capitalismo:

Essa explosão pode ser o resultado do crescimento acelerado da dívida pública de diferentes Estados nacionais; de elevados déficits da balança comercial ou das transações correntes; de circunstâncias em que se incrementem substancialmente as taxas de juros ou se produza instabilidade nos mercados de câmbio fruto de dificuldades no padrão monetário. (Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 300).

O capital especulativo parasitário é próprio do capital fictício na medida em que ultrapassa os limites suportados pela reprodução do capital industrial. Aquele não produz mais-valia, nem excedente-valor, e não contribui para sua produção, porém se apropria de excedente, pois a lógica do capital parasitário é a apropriação desenfreada da mais-valia, do lucro especulativo, não tem compromisso com o valor-de-uso, mas tem autovalorização, contamina o capital industrial, que se metamorfoseia no capital especulativo, que se constitui na forma hegemônica de capital, no que se refere ao capital industrial, produtivo, comercial e o de juros. Acerca do capital fictício especulativo parasitário, pode-se afirmar, ainda, que, na fase atual de desenvolvimento do capitalismo, torna-se agente com capacidade de domínio econômico e político, não apresentando condições de sustentação de uma nova era do capitalismo, porque está marcado por recorrentes crises financeiras, acirrando a polarização da riqueza material e da crescente miséria da população mundial superexplorada pelo sistema de acumulação do capitalismo, sendo inevitável o fim do capitalismo especulativo parasitário.

Tendo sido definidos, mesmo que sucintamente, os conceitos de capital fictício, valor-capital, capital industrial, capital-comércio, capital-produtivo, capital a juros, para definir o que venha ser o capital especulativo parasitário (Carcanholo; Nakatani, 1999), verificou-se que a hegemonia do capital portador de juros e o capital fictício (parasitário) vigora no contexto das sociedades capitalistas do tempo presente (Leher, 2023). A referida hegemonia, conforme fora dito anteriormente, exerce domínio econômico e político em escala mundial, se dissemina nas diferentes instituições, com sua visão de mundo, valendo-se do ideário neoliberal (que está em

sua fase ultraneoliberal), impondo a governança corporativa em todas as dimensões do desenvolvimento (Fernandes; Tarlau, 2017).

A seguir, far-se-á uma breve reflexão sobre a presença do capital fictício, sob o processo de financeirização na formação econômico-social e na Educação do Brasil, após o esforço de compreensão e de problematização do referido conceito no tempo presente.

Considerações sobre o processo de financeirização da economia na formação econômico-social brasileira (Golpe de 2016 até o governo Bolsonaro)

O processo de financeirização da economia na formação econômico-social brasileira, com base na acumulação de capital fictício tem sido investigada por muitos pesquisadores, dentre eles, destacando-se Leher (2022; 2023), na dimensão educacional e, Attílio (2018), no que se refere ao aspecto da economia brasileira, que deu enfoque para duas formas de acumulação fictícia: a dívida pública e fluxo de portfólio, que têm tido maior importância no decorrer dos anos, resultando no avanço dos interesses do mercado financeiro por formulação de políticas públicas. A difusão do capital fictício sobre a economia brasileira resultou em consequências para a intensificação da financeirização e da crise de representatividade democrática no contexto político e na redução do Sistema de Proteção Social no Brasil.

Conforme fora dito anteriormente, o capital produtivo se metamorfoseou em capital fictício, que se difundiu na economia mundial, desde a crise do processo de acumulação do capital produtivo na década de 1970 (pós II Guerra Mundial), com a ascensão do neoliberalismo e das políticas de “livre mercado”, em que o Estado passa a formular políticas públicas estruturantes em favor da expansão do processo de financeirização da economia, sob o capital fictício (que segue explorando a mais-valia gerada pela classe trabalhadora, com a transferência de riqueza nacional para o setor financeiro), em detrimento da população. O capital fictício intensificou o seu processo de participação nas economias mundiais (Attílio, 2018).

Segundo Fernandes e Tarlau (2017), o mercado financeiro é um dos principais territórios do neoliberalismo e das políticas neoliberais, cuja hegemonia tem sido demonstrada pela territorialidade neoliberal e do capital fictício (financeirização do capital) no âmbito das instituições privadas e nas instituições públicas. Significa que os princípios, critérios e valores do neoliberalismo estão presentes tanto nas empresas capitalistas quanto em quase todas as instituições públicas, pois o pensamento produzido nos territórios neoliberais (empresas

capitalistas, fundações, centros de pesquisa, movimentos, associações empresariais e universidades privadas) estão dominando os territórios públicos e os governos em todas as instâncias: ministérios, secretarias, universidades e as escolas, fazendo com que seus significados e intencionalidades estejam com foco no capital. A lógica, os princípios e valores empresariais neoliberais (competitividade, produtivismo) objetivam substituir os princípios e os valores públicos a exemplo da solidariedade, dos direitos sociais e da inclusão social.

No Brasil, que está inserido na dinâmica da financeirização do capital e das políticas neoliberais (e mais recentemente, ultraneoliberais), o processo de financeirização da economia teve início na década de 1980, em decorrência do agravamento do endividamento público com taxas de juros crescentes. Na década de 1990, devido à abertura do mercado financeiro e ao advento do Plano Real, os endividamentos públicos e taxas de juros cresceram e culminaram em maior dependência externa do País. Sob o domínio do capital fictício, o processo de acumulação financeira da economia brasileira está caracterizado por dois aspectos, ditos anteriormente, que são a dívida pública e o fluxo de portfólios. A dívida pública é o principal motor para a disseminação das finanças; a segunda característica da financeirização do capital se refere à crescente importância dos mercados de ações e títulos públicos sobre a formulação de políticas públicas no Brasil. Políticas de ajuste fiscal, restrição de gastos primários, reforma da previdência, reforma da CLT constituem exemplos de políticas públicas formuladas para superar a crise financeira, apesar de prejudicarem a população, sendo celebradas e potencializadas pelo setor financeiro, que desconsidera uma reforma tributária de taxaço das grandes fortunas (Attílio, 2018), notadamente após o golpe de 2016 e nos governos ultraneoliberais de Temer e de Bolsonaro.

Sob os ditames da financeirização do capital fictício na economia, o Brasil diminuiu as ações do Sistema de Proteção Social, aumentando o foco no mercado privado para fazer o setor econômico crescer. Porém, historicamente a consequência dessa dinâmica foi a consolidação da financeirização e a precarização, a perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora (Attílio, 2018).

De acordo com Leher (2022) o processo de financeirização (mercantilização) do capital, resultou em crise econômica e política, devido a conjunção de efeitos persistentes da crise estrutural, conformando um quadro grave no Brasil, iniciado em 2013 e nos anos seguintes,

que pavimentou o caminho para o golpe de 2016, a despeito dos problemas de direcionamento da política econômica no segundo governo neodesenvolvimentista de Dilma Rousseff.

Segundo Miguel (2019 apud Gomes, 2021) o governo Rousseff havia perdido o apoio da “elite econômica” (classe burguesa dominante que detinha a hegemonia do bloco no poder), seguia sob ataques midiáticos, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal, que colocaram em evidência: a corrupção, a “Operação Lava Jato”, o agravamento dos indicadores econômicos (consequência das ações governamentais adotadas no início do referido governo), os protestos de junho de 2013, o aumento acelerado do desemprego e a diminuição da popularidade do referido Governo, com ataques políticos sistemáticos da direita. A crise política e econômica do governo Rousseff resultou no seu afastamento, posteriormente o *impeachment*, que desencadeou o golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016.

Michel Temer assumiu o governo federal em 2016, com uma agenda política que passou a ser imposta pelo bloco no poder, dando prosseguimento à implementação de ações e de programas federais, a exemplo do Programa “Uma Ponte para o Futuro”, em que a educação pública foi colocada em questão, com a defesa do fim das vinculações institucionais, compressão dos gastos sociais pela Emenda Constitucional nº 95 (EC nº 95), denominada por Leher de draconiana mudança constitucional. A própria eleição de Bolsonaro ocorreu no contexto de contrarreformas, de contrarrevolução, de retrocessos de direitos sociais conquistados e garantidos constitucionalmente, tendo o apoio do bloco no poder com base na premissa de que a ofensiva contra os direitos sociais seria intensificada. A referida Emenda Constitucional representou uma nova fase neoliberal no País, pois congelava gastos primários com políticas públicas fundamentais, a exemplo da educação e da saúde, congelando o orçamento fiscal por vinte anos (Gomes, 2021; Leher, 2022). Foram realizadas alterações na legislação trabalhista, com a liberalização ampla do mercado de trabalho, tentativas de mudança na Previdência Social, que não foram implementadas devido à proximidade das eleições presidenciais de 2018, que elegeram Bolsonaro, com o apoio da extrema direita, das ditas “classes-apoio” e da classe dominante hegemônica do bloco no poder (Gomes, 2021; Leher, 2018). O referido bloco no poder operacionaliza o capital comércio de dinheiro, o agronegócio, o setor de *commodities*, serviços em processo de monopólios, setores industriais, o mercado de ações, sob o comando do Ministério da Economia durante o governo Bolsonaro (Gomes; 2021; Leher, 2022).

A crise estrutural no Brasil foi agravada durante a pandemia de COVID-19, devido a medidas e ações governamentais balizadas pelo darwinismo social e com características neofascistas, de extrema direita e ultraneoliberais. Para Leher (2022), a confluência das crises econômica, política, epidemiológica e do fundo público teve consequências para a Educação Brasileira (principalmente para a Educação Pública), em todos os níveis, em que o processo de privatização e financeirização do capital tiveram avanço sobre a Educação Brasileira, com a diversificação de corporações educacionais e crescimento de instituições de educação privada, conforme será dito no eixo de discussão seguinte.

BREVES REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL SOB O CAPITAL FICTÍCIO E AS RAZÕES PARA MUDAR O MUNDO CAPITALISTA

A educação, que é um direito social garantido constitucionalmente pela Constituição Federal de 1988, e condição essencial para o desenvolvimento do País (Fernandes; Tarlau, 2017), constitui-se uma das principais dimensões em que o domínio econômico e político do capital fictício (especulativo parasitário) tem avançado, impondo a lógica e governança corporativa empresariais.

O processo de financeirização e de mercantilização da educação no Brasil teve início, segundo Blandy e Dowbor (2022), na década de 1990, devido a tendência mundializada de privatização dos serviços públicos, gerando impactos, décadas depois, em todos os níveis e modalidades da Educação Brasileira. O referido processo de financeirização, primeiramente, deu-se, no nível de Educação Superior e, posteriormente, na Educação Básica.

De acordo com Leher (2023) a ofensiva da financeirização denota a força das frações da burguesia que operacionalizam o capital comércio de dinheiro sobre o conjunto da economia no século XXI, em que as empresas de *private equity* tem realizado aquisições e reestruturações objetivando lucros, porém, não obrigatoriamente os lucros das empresas adquiridas e controladas que, em termos de investimentos são enxugadas e se responsabilizam por encargos que se tornam inviáveis a médio prazo. O referido pesquisador afirma que a própria mercantilização da educação está sob intensa reconfiguração para atender as expectativas de investimentos das empresas *private equity* e dos fundos que controlam as empresas que atuam no setor de Educação, estando em curso um movimento empresarial de ampliação do capital fixo na educação, que tem por consequência a demissão de professores dos seus postos de

trabalho. Um exemplo da constatação de Leher tem sido a utilização do recurso da Inteligência Artificial (robôs) por empresas que atuam na Educação Superior, para fins de correção de milhares de avaliações dos seus cursos ofertados na modalidade de Educação à Distância.

Breves Apontamentos acerca da financeirização da Educação Básica e da Educação Superior no Brasil (2016 até o tempo presente)

Segundo Leher (2022; 2023) o contexto educacional atual brasileiro (2016 até o tempo presente) está caracterizado por acentuada mudança na composição do capital (que metamorfoseia-se em capital fictício e portador de juros, embora não tendo abandonado a forma do capital industrial e comércio) e ofensiva da atuação das corporações empresariais que tem investido na diversificação de nichos de mercado, a saber: cursos à distância na Educação Superior; cursos digitais; sistemas e plataformas na Educação Básica.

O principal marcador temporal da referida mudança foi a crise do FIES (2015-2016), que evidenciou a interconexão do processo de mercantilização com o fundo público estatal, ocasionando quedas de ações de até 50% na Bolsa de Valores (Ibovespa) de 2014 até 2016, com a conseqüente pressão de agências financiadoras (*Bank of America*, Morgan, Itaú-Unibanco, Bradesco) das principais instituições financeiras que atuam no segmento educacional, que adotaram estratégias empresariais de rápida diversificação de nichos de negócios. Para ir na direção contrária da queda da taxa de lucros, a criação dos nichos empresariais, somada com o advento da crise sanitária da Pandemia de COVID-19, gerou a majoração da exploração da força de trabalhos dos professores.

Leher (2022) diz que a confluência das crises econômica, política, pandêmica e do fundo público explica a referida diversificação dos negócios empresariais na Educação, tanto no nível Superior quanto na Educação Básica.

Resumidamente, Leher (2022; 2023) diz que a atuação dessas corporações empresarias na **Educação Básica** se dá por intermédio de aquisições de escolas e de sistemas de ensino e de plataformas de trabalho, que já estavam alicerçadas pelo complexo industrial de material pedagógico, editoriais de livros didáticos e apostilas. Dentre as várias empresas educacionais que atuam na Educação Básica sob a nova reconfiguração da mercantilização (financeirização) da educação, cita-se o exemplo da *holding* Cogna, que compreende as empresas subsidiárias Saber, Vasta e Somos, que focaliza as plataformas e os sistema de ensino. A estratégia de negócios no nível de Educação Básica não envolve a substituição do

ensino presencial por cursos à distância, entretanto o capital reconfigura o espaço escolar, a sala de aula, as interações dos professores com os estudantes, as mediações pedagógicas adotadas nas escolas, sob a referida estratégia, têm sido semelhantes às da Educação à Distância.

Segundo pesquisa realizada por Leher (2022), a educação ofertada pelas corporações empresariais educacionais está combinando dois aspectos a saber:

- a) sistemas de ensino que contêm aulas apostiladas e roteirizadas, sistemas de avaliação baseados em competências que interdita os conhecimentos sistematizados e pressupõem práticas de ensino que impedem a imersão dos estudantes nos estudos, mantendo o cotidiano escolar limitado ao ambiente do senso comum;
- b) plataformas de trabalho que intensificam e precarizam o labor, compreendendo atendimento *online*, agenda diária de trabalho, possibilitadas pela introdução na legislação trabalhista do trabalho intermitente; [...] (Leher, 2022, p.96).

Os referidos aspectos estão respaldados na Pedagogia do Capital, erigido e difundido por aparelhos privados de hegemonia empresariais, a exemplo do “Todos pela Educação”, da Fundação Lemann e outros APHe, que seguem explorando a força de trabalho dos professores utilizando a coerção econômica para melhorarem o desempenho e a produtividade.

Sob o governo Bolsonaro, que colocou em prática os preceitos da guerra cultural, outros APHe disputaram os rumos da Educação Básica, sendo que várias tentativas de repasses das verbas do FUNDEB foram realizadas para escolas privadas sem fins lucrativos. Some-se as incursões do referido governo no ENEM, na BNCC e no Novo Ensino Médio, que atestam a existência de ações governamentais de alcance da Educação Básica. Leher (2022) diz que a agenda da mercantilização (financeirização) da educação e da guerra cultural, apesar de não serem as mesmas, convergem em alguns pontos importantes: o fortalecimento da perspectiva apologética do mercado educacional nas escolas e nas universidades, sob o capitalismo dependente; o diagnóstico de que o Estado passa por grave crise fiscal, devendo, portanto, reduzir despesas na folha de pagamento com servidores públicos, flexibilizar contratos, estabelecer parcerias público-privado, combater (cooptar) sindicatos, diferenciar as escolas em função do público por elas atendido, além da precarização do trabalho dos professores.

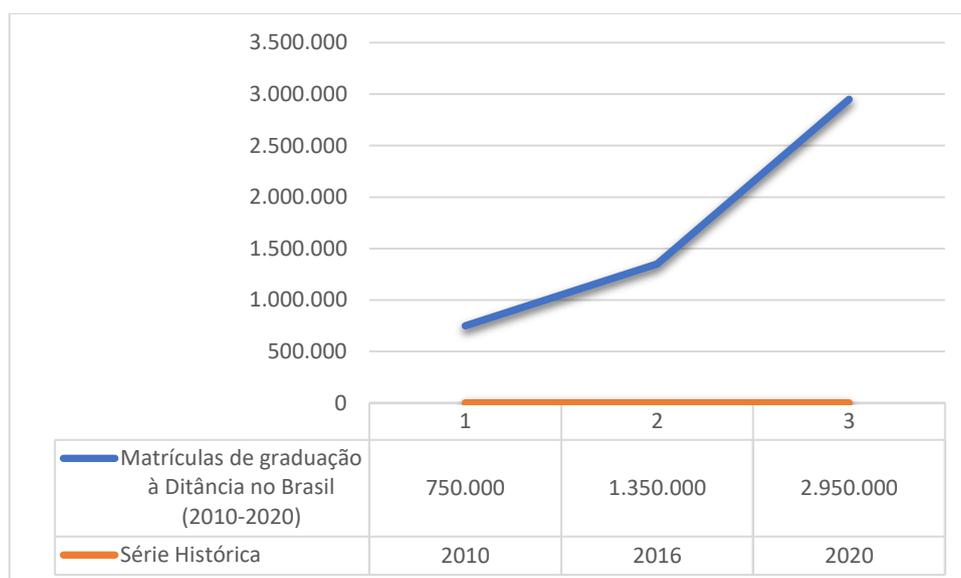
De acordo com Leher (2023) os negócios em torno das plataformas de trabalho e dos sistemas de ensino, recentemente, tem se constituído em estratégias das grandes corporações empresariais educacionais, que atuam com os APHe, para terem inserção no que consideram “mercado da educação pública”, pois as referidas empresas sabem que o mercado para a Educação Básica privada estará saturado em breve, em virtude das desigualdades econômicas e sociais no Brasil (ademais, os serviços educacionais privados atende a um público restrito). Os novos serviços, que estão vinculados ao setor privado de educação, miram o setor público em consonância com chamado capitalismo de plataforma, que engendra novas bases tecnológicas em associação com empresas de telefonia (principalmente as 5G), inteligência artificial (*learning machine*), *big data* e algoritmos.

O processo de ampliação do capital fixo (devido à utilização das plataformas de trabalho, dos sistemas de ensino, dos materiais didáticos, das aulas virtuais) ganhou nova escala com a Pandemia de Covid-19, pois durante a crise pandêmica (que configurou em crise para as empresas educacionais), os setores com maior número de aquisições foram os de internet (em primeiro lugar), tecnologias da informação (em segundo lugar) e da educação (em nono lugar). Os grandes conglomerados empresariais que atuam na tecnologia da informação e da comunicação utilizaram a pandemia de Covid-19 para difundir a Educação à Distância, difundindo suas plataformas nas redes de Educação Básica, oferecendo suporte para o ensino remoto e para o ensino híbrido.

Ademais, as grandes empresas que atuam na Educação Básica podem ter sua força de trabalho formada pelas próprias empresas, constituindo um vasto exército industrial de reserva, trabalhando nas suas ramificações no Ensino Superior, nos cursos de Educação à Distância, evidenciando uma associação estreita entre os níveis de ensino, imposta pelo capital.

No que se refere à **Educação Superior**, o processo de mercantilização (financeirização) da educação se caracteriza por forte expansão dos cursos à distância, capilarizando o território nacional com polos de EaD, com crescimento intenso na última década (2010 - 2020). O gráfico abaixo demonstra o crescimento das referidas matrículas no Brasil na série histórica destacada:

Gráfico 01 – Matrículas de Graduação à Distância no Brasil (2010 - 2020)



Fonte: (Gráfico de elaboração própria) Leher, R. Mercantilização da Educação Básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital. *PARADIGMA*, 44(5), 34-60, 2023. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p34-60.id1495>

Leher (2023, p. 45) afirma que, no que se refere à atuação na Educação Superior, na atualidade

[...] as grandes corporações de capital aberto (Cogna, Yducs, SER, Ânima, Afya, Cruzeiro do Sul) e, também, os grandes grupos de capital fechado (Universidade Nove de Julho - Uninove, Universidade Paulista – UNIP) são responsáveis por mais de 65% do segmento (INEP, 2021). Os cursos presenciais ainda existentes passaram a ser híbridos: a Portaria no 2117/2019, permitiu a ampliação para até 40% das disciplinas à distância nos cursos presenciais (Brasil, MEC, 2019). Os processos de aquisições seguiram em curso, notadamente para ampliar a competitividade dos grupos nos referidos nichos. Assim, por exemplo, em novembro de 2020 a Ânima adquiriu por R\$ 4,4 bilhões a Laureate - Anhembí- Faculdades Metropolitanas Unidas.

Blandy e Dowbor (2023) afirmam que as investidas da financeirização do capital sobre a Educação Superior no Brasil são antigas e que tem respaldo na Constituição Federal de 1988, sob o texto que dispõe sobre a possibilidade da existência de escolas com fins lucrativos, com incentivo crescente da oferta de vagas em instituições privadas de educação presencial e à distância. O marco regulatório desse processo foi a inclusão da educação no Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (AGCS, 1995), regido pelos direcionamentos da Organização Mundial do Comércio (OMC), que definiu que a educação seria serviço, regulando a livre oferta de serviços educacionais, especificando que as barreiras para a circulação comercial da

prestação dos referidos serviços poderiam estar submetidas às sanções da OMC. O referido Acordo (AGCS) definiu que as empresas educacionais poderiam vir a exigir recebimento de recursos públicos e outros benefícios, em igualdade com no setor público.

Blandy e Dowbor (2023) dizem que a financeirização da Educação Superior no contexto da América Latina é caracterizada pela altíssima competitividade das empresas educacionais em relação às universidades conceituadas por intermédio de oferta diversificada de cursos presenciais de curta duração, com foco para o ingresso no mercado de trabalho, e cursos de educação à distância. Algumas das grandes empresas de educação estão listadas com ações na Bolsa de Valores, são portadoras de recursos financeiros para investimentos e aquisições, caso das empresas educacionais que atuam no Brasil, de acordo com o que fora explicado por Leher (2023) anteriormente.

As condições para a expansão da rede privada de Educação Superior no Brasil foram dadas pelo crescimento das matrículas no setor privado no referido nível de Educação (Blandy, Dowbor, 2023). De acordo com Gomes (2021), as empresas educacionais que atuam na Educação Superior estão organizadas em organizações de educação com fins lucrativos (instituições privadas de educação com interesse no lucro) e sem fins lucrativos (instituições comunitárias e confessionais). As universidades públicas estão organizadas nas categorias municipal, estadual e federal. Gomes (2021), baseada em fontes do INEP (2020), diz que, até 2020 o número de matrículas no setor privado das instituições de educação privada com fins lucrativos cresceu, em relação às matrículas realizadas nas universidades públicas e nas instituições de educação privadas sem fins lucrativos, que diminuiriam. Segundo fontes do INEP (2020), no que se refere ao percentual de matrículas nos cursos de graduação por categoria administrativa, de 2010 até 2020, verificou-se que as instituições privadas (com fins lucrativos e sem fins lucrativos) detém 77,5% das matrículas de cursos de graduação (do referido percentual, o maior contingente de matrículas está nas instituições de educação superior privadas com fins lucrativos), e as universidades públicas (federais, estaduais e municipais) detém 22,5% das matrículas (Gomes, 2021).

O crescimento e a expansão dos grandes conglomerados empresariais educacionais de Educação Superior no Brasil se deram devido à acentuada queda da taxa de lucros e da crise financeira global de 2008, que fizeram com que os fundos de investimentos se direcionassem para novos ativos reais do setor de educação, com potencial para expandir seus

negócios educacionais, realizando aquisições, com empresas com atuação na Educação Superior com potencial monopólico, com fundos de investimentos (*private equity*) distintos (Leher, 2022). A estratégia pelos fundos de investimentos foi de investir na integração vertical e horizontal do capital, com vistas a promover reengenharias que intensificaram a exploração do trabalho, as mudanças curriculares simplificadoras baseadas nas competências, direcionadas pela lógica da redução de custos. Já reestruturadas, as grandes empresas educacionais realizaram a abertura de capital, na forma de sociedades anônimas, e passaram a negociar suas ações nas bolsas de valores e fortaleceram a integração vertical, principalmente com os setores de tecnologias da comunicação, da informação e de telefonia.

Ademais, o crescimento exponencial do repasse do fundo público para as empresas de Educação Superior (principalmente por conta da maior flexibilização do FIES em 2010, que custeava matrículas nas instituições de educação privada) resultou na compressão de gastos públicos com as universidades federais. No que se refere ao FIES, Leher (2022, p. 90) diz que

Em 2016, o FIES alcançou um montante de tal ordem que se tornou inviável sua continuada expansão, como vinha acontecendo desde 2010. Diante da insustentabilidade do FIES sobressaiu grave crise, levando à abrupta queda do número dos contratos: 732 mil em 2014 para 203 mil em 2016 (BRASIL, 2020). Como saída da crise, os investidores induziram a criação ou a ampliação de novos nichos de negócios, como os cursos à distância (modalidade EaD) que dobraram as suas matrículas entre 2012 e 2018: saltaram de 932 mil para 1.9 milhão. Embora a maioria dos grupos já tivesse alguma inserção na educação básica, a partir de 2017 é mensurável um fortíssimo movimento de ampliação de negócios neste segmento, articulando aquisições, sistemas de ensino e plataformas de trabalho.

No caso do Brasil, no processo de mercantilização financeirizada da educação, no concernente à Educação Básica e à Educação Superior, a tendência dos negócios educacionais é realizada por aquisições e fusões, criação de novas organizações empresariais, na forma de sociedades anônimas.

As consequências da financeirização da educação no Brasil foram demonstradas, mesmo que sucintamente (Leher, 2022; 2023): expansão da educação superior privada, em detrimento da redução dos investimentos nas universidades públicas federais; diminuição da estabilidade dos empregos; alto índice de demissão de professores de seus trabalhos, por conta da utilização da inteligência artificial, da educação à distância; a precarização e exploração do trabalho dos que não foram demitidos, explorados pelas plataformas de trabalho.

Segundo Leher (2022), a precarização do trabalho dos professores, com o processo de financeirização do capital e da educação, constitui-se de um projeto de classe para harmonizar as expectativas da classe trabalhadora nos estreitos marcos de acumulação. O referido projeto hegemônico baseia-se, por exemplo: na perda de direitos sociais; na exploração exacerbada da força de trabalho, das condições de vida necessárias à dignidade do bem-viver e; nas expropriações que acirram o processo de alienação, que se referem às ofensivas negacionistas e darwinistas sociais que fazem mover a agenda neofascista da educação pública no Brasil.

A ofensiva do capital sobre a educação pública brasileira desafia a classe trabalhadora a forjar, a fortalecer seu projeto contra-hegemônico, tema que será abordado no subeixo seguinte.

Desafios das lutas da Educação Pública no Brasil frente à ofensiva da financeirização do capital e as razões para mudar o mundo capitalista

A ofensiva do capital mundializado, sob a lógica ultraneoliberal desafia as forças anticapitalistas e antissistêmicas a construírem caminhos de superação do capitalismo (Fernandes; Tarlau, 2017; Leher, 2022; Araújo, 2023).

Araújo (2023) diz que, apesar de o capital impor o seu controle à classe trabalhadora, utilizando o Estado, em seu papel de mediador das lutas e disputas entre as diferentes classes sociais, enquanto estrutura corretiva, negando direitos conquistados e minando o processo de democratização brasileira, com a retomada da ofensiva de políticas ultraneoliberais, especificamente pós-Golpe de 2016 e durante o advento do governo Bolsonaro, é fundamental a luta e retomada das estratégias políticas da classe trabalhadora e da ação política de movimentos sociais e sindicais antissistêmicos.

Leher (2022) ratifica a importância da retomada das lutas e da reorganização da classe trabalhadora e afirma que, sob a óptica da classe trabalhadora, espaços de resistência foram criados no que se refere à educação: greves, defesa de um melhor FUNDEB, contra *vouchers* na educação, na revogação do Novo Ensino Médio e da BNCC, citando ações de importantes movimentos sindicais, no âmbito nacional, estadual e municipal:

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e os sindicatos estaduais de trabalhadores da educação, assim como os sindicatos de professores organizados no âmbito da Confederação

Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), de distintos modos, têm se insurgido contra as medidas educacionais do governo e, especificamente, contra a implementação da reforma trabalhista de 2017. Todas estas entidades têm se mobilizado em prol do cumprimento da lei do piso salarial, assim como dos expurgos que sonegaram recursos do Fundeb em 2020 e 2021 (Leher, 2022, p.98).

As lutas anticapitalistas da classe trabalhadora no Brasil, tanto nas cidades quanto no território camponês tem imenso valor e são de enorme alcance para o futuro da educação brasileira, constituem-se em desafios estruturais contra a ordem do capital, urgindo impedir que a Educação seja inserida nos circuitos da financeirização por intermédio das sociedades anônimas sob o controle dos fundos de investimentos na Bolsa de Valores.

Segundo Leher (2022), no Brasil, o desafio das lutas anticapitalistas da classe trabalhadora da educação está em derrotar o neofascismo e forjar coalizões capazes de efetivar a desfinanceirização da educação. Ademais, o referido pesquisador defende e ratifica que constituem-se pautas da agenda de lutas da classe trabalhadora no Brasil, em prol da Educação Pública: o imperativo de revisar a legislação sobre o controle social e acerca da oferta da educação; requalificação da educação à distância aos termos educacionais; revogação do Novo Ensino Médio e das BNCC (com imposição por atos antidemocráticos); revogação dos atos normativos com deliberação de que até 40% dos créditos dos cursos presenciais sejam oferecidos na modalidade EaD; fortalecimento dos planos nacionais de carreira, do ingresso nos serviços educacionais por concurso público e; a implementação da dedicação exclusiva da Rede de Educação Pública.

Em síntese, Araújo (2023, p.14) diz que, no Brasil

[...] o atual contexto político, com a vitória democrática de Lula da Silva à presidência do Brasil (2023), apesar de suas limitações e conformações ao capital, com as complexas alianças políticas com setores da burguesia nacional, lança luz sobre a redemocratização das relações políticas e institucionais, constituindo-se um desafio a reconstrução e retomada de importantes agendas e políticas educacionais, como o PRONERA, comprometidas com a emancipação da classe trabalhadora.

CONCLUSÃO

A presente reflexão objetivou breves considerações acerca do processo de financeirização da educação no Brasil (pós-Golpe de 2016 até o tempo presente), que tem

utilizado a estratégia empresarial educacional de aquisições e fusões, plataformas de trabalho, sistemas de ensino, venda de materiais didáticos (Educação Básica) e expandido a educação à distância nas redes privadas de fins lucrativos que atuam na Educação Superior.

Demonstrou-se as consequências desse processo de financeirização da educação para acirrar o processo de exploração e precarização do trabalho dos professores, constituindo-se desafio das lutas anticapitalistas da classe trabalhadora no Brasil, tanto nas cidades quanto no território camponês contra a ordem do capital, impedir que a educação seja inserida nos circuitos da financeirização por intermédio das sociedades anônimas sob o controle dos fundos de investimentos na Bolsa de Valores.

Por fim, verificou-se a importância das lutas anticapitalistas da classe trabalhadora da educação, tendo o desafio de derrotar o neofascismo, forjar coalizões capazes de efetivar a desfinanceirização da educação.

REFERÊNCIAS

- Araújo, M.S.R. PRONERA como resistência da classe trabalhadora ao projeto hegemônico e autocrático na formação social brasileira (pós-golpe de 2016 ao governo Bolsonaro). In: **XI Jornada Internacional de Políticas Públicas (XI JOINPP)**, 2023, São Luís. Anais [...]. São Luís: EDUFMA, 2023. v. 11. p. 1-15. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/anais.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- Attílio, Lucas Assis. Financeirização e acumulação de capital fictício na economia brasileira. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 11, 2018.
- Blandy, B.; Dowbor, L. **Impactos da financeirização da educação brasileira. Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1848-1877, out./dez. 2022. Disponível em <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i4p1848-1877>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- Carcanholo, R; Nakatani, P. “O Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da Globalização”. **Ensaio FEE**, V. 20, nº 1, Porto Alegre, junho de 1999.
- Fernandes, Florestan. Classes sociais na América Latina. In: **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975 2ª ed., p.33-122. Disponível em: <https://democraciasocialista.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Capitalismo-e-classes-na-AmLatFlorestan.pdf>.
- Fernandes, B.M.; Tarlau, R. Razões para mudar o mundo: a Educação do Campo e a contribuição do PRONERA. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 140, p.545-567, jul.-set., 2017.
- Gomes, T. A. de M. 2021. **Empresas de educação superior na bolsa de valores: conflitos laborais e trabalho docente**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- INEP. Censo da Educação Superior 2019. 2020. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf.

Leher, R. Apontamentos para análise da correlação de forças na educação brasileira: em prol da frente democrática. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, 2019.

Leher, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, 26, 78–102. 2022. Edição Especial. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26nEp78-102>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Leher, R. Mercantilização da Educação Básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital. **PARADIGMA**, 44(5), 34-60, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p34-60.id1495>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Recebido em: *Julho/2024.*

Aprovado em: *Março/2025.*